

Parecer nº 55/98

Data: 1998.05.27

Processo nº 325

Reclamante: Domingos José Fernandes Fevereiro

Entidade reclamada: Secretário-Geral do Ministério da Justiça

1. Domingos José Fernandes Fevereiro, identificado no processo, actualmente recluso no Estabelecimento Prisional Regional de Monção, remeteu ao Secretário-Geral do Ministério da Justiça, em 28 de Novembro de 1997, um requerimento onde solicitava o seguinte:
 - a) a identificação completa - através do número e designação dos actos e do número, série e data de publicação no «Diário da República» - das leis orgânicas do Ministério da Justiça, Secretarias de Estado, Direcções-Gerais, institutos e instituições dependentes ou integradas naquele ministério, das leis sobre os quadros de pessoal pertencentes a esses serviços ou organismos e dos despachos de delegação de competência do Ministro da Justiça, Secretários de Estado, Directores-Gerais, presidentes e directores dos institutos e instituições acima referidos, incluindo eventuais alterações e declarações de rectificação;
 - b) o envio de um exemplar de publicação que contenha as informações referidas na alínea a), caso exista alguma edição para distribuição ao público.
2. Não tendo obtido qualquer resposta até 26 de Janeiro de 1998, o cidadão requerente apresentou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, com data de entrada de 2 de Fevereiro de 1998, uma reclamação do indeferimento tácito do pedido anterior.

3. A reclamação deu entrada em tempo oportuno. De facto, no momento da apresentação do requerimento à Comissão já se perfizera o prazo de 35 dias previsto no nº 3 do artigo 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (conhecida como Lei de Acesso aos Documentos Administrativos ou pela sigla LADA).
4. Esta Comissão já teve ocasião de se pronunciar, no processo nº 323, sobre matéria semelhante. É essa doutrina que se reafirma.

Tal como ali se expôs, o conteúdo do direito de acesso aos documentos administrativos previsto na LADA é, designadamente nos termos do seu art. 4º, nº 1, alínea a), e nº 2, alínea b), constituído pelos documentos que constituem suportes de informação elaborados ou detidos pela Administração Pública no âmbito da sua actividade administrativa.

Ora uma lista cronológica de diplomas legais tal como é pedida pelo ora reclamante preenche os requisitos daquele conceito de documento administrativo de carácter não nominativo. Portanto a Administração Pública (no caso o Secretário-Geral do Ministério da Justiça) deve facultar o acesso a essa lista, mas apenas, como é óbvio, se a possuir. Por outro lado, não está a Administração legalmente obrigada a elaborar uma lista desse género só para satisfazer este ou outro pedido semelhante.

Assim, o Secretário-Geral do Ministério da Justiça está obrigado a facultar o acesso à pretendida lista de diplomas legais, nos termos solicitados - através da entrega de uma fotocópia - no caso de efectivamente já a possuir, quem quer que tenha sido o seu autor.

5. A mesma doutrina se aplica à lista dos despachos de delegação de poderes a que o ora reclamante pretende aceder: a Secretaria-Geral do Ministério da Justiça não está obrigada a elaborar essa lista só para satisfazer este pedido; mas, se a possuir, é seu dever facultar o pretendido acesso a ela, designadamente através da requerida fotocópia.

6. Quanto ao outro pedido a que acima [alínea b) do nº 1] se fez referência, é óbvia a sua atendibilidade: se a Secretaria-Geral do Ministério da Justiça possuir alguma edição para distribuição gratuita ao público em geral que contenha as (ou algumas das) informações pretendidas pelo ora reclamante, deve enviar-lhe um exemplar dessa obra.
7. Podemos agora retirar, em síntese, as seguintes conclusões:
 - 1ª O ora reclamante tem, por força da LADA, o direito de obter fotocópia da lista de diplomas legais, como requereu, caso ela exista na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;
 - 2ª Dispõe também, nos mesmos termos, do direito de obter a pretendida fotocópia da lista dos despachos de delegação de poderes que ele genericamente indica, caso ela exista nessa Secretaria-Geral;
 - 3ª Se a mesma Secretaria-Geral do Ministério da Justiça possuir alguma edição para distribuição gratuita ao público em geral que contenha as (ou algumas das) informações pretendidas pelo ora reclamante, deve enviar-lhe um exemplar dessa obra.

Lisboa, 27 de Maio de 1998.

Vasco Almeida (Relator) – Silva Marques – Narana Coissoró – Francisco de Brito – José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Branca do Amaral – Castro Martins (Presidente)